

A INFLUÊNCIA DOS MARRANOS NO SERTÃO DAS CUTIAS

Judas Tadeu de Campos

Os caipiras têm entre seus formadores étnicos e culturais os descendentes dos hebreus, que nos séculos XVI e XVII existiam em grande número em São Paulo. Ainda existem sinais dessa influência na religiosidade popular, na capacidade de adaptação às fases da economia e na resistência dos caipiras às influências da sociedade industrial. Isso apesar das discriminações que os perseguem neste século.

Os paulistas precisam tomar muito cuidado quando achar engraçadas as anedotas e críticas sobre judeus e caipiras. Poderão estar rindo de si mesmos.

O grande número de descendentes de hebreus que havia no século XVI e XVII na Capitania de São Vicente, que compreendia o atual Estado de São Paulo, indica que os caipiras seriam, em parte, descendentes desses judeus. De fato, foi nesses dois séculos que se formou a variedade subcultural do tronco ibérico, que Antônio Cândido denomina como *cultura caipira*.

Os primórdios mais distantes da influência étnica e cultural dos judeus na formação dos caipiras paulistas poderiam ser vistos na vinda dos hebreus para a Península Ibérica. De acordo com Gonçalves Salvador¹, os hebreus são muito antigos nessa parte da Europa “tendo precedido talvez os romanos, e, seguramente, os godos e os mouros”. Durante um milênio os judeus viveram em relativa tranqüilidade e integrados à vida dessa região.

O principal fator que obrigou os judeus a imigrar para outros lugares, inclusive para as terras recém descobertas do Brasil, principalmente para a futura Capitania de São Vicente, foi o estabelecimento da Inquisição, iniciada em 1480. de acordo com artigo publicado no caderno *Especial-Domingo*, do jornal *O Estado de S.Paulo*², desde o início os inquisidores empenharam-se em desfazer-se dos ibéricos de origem judaica, apelidados de *cristãos-novos*, também chamados de *marranos*.

¹ José Gonçalves Salvador, *Cristãos-novos, jesuítas e inquisição*, p. XIX (Introdução).

² Henry Kamen, *Inquisição na Espanha traz à luz o racismo*, p. D4. Este texto foi publicado originalmente na revista *The New York Review of Books* e é uma resenha do livro *The origins of the Inquisition in fifteenth century in Spain*, escrito por Benzion Netanyahu, lançado em 1996 pela editora Random House.

De acordo com Baeta Neves, o adjetivo “novo”, dado ao judeu converso supõe duas valorizações: a própria conversão e o cristão de origem, considerado o continuador de uma linhagem³.

Qual o motivo dessa perseguição a quem já tinha se convertido ao catolicismo? O artigo citado apresenta duas razões. A primeira seria que os conversos praticavam a religião judaica secretamente. A outra, considerada polêmica pelo articulista, é que os marranos eram verdadeiros cristãos mas que o grande sucesso que conseguiram, tanto nos negócios como no serviço público, despertou a inveja da nobreza e do povo em geral. E os bens dos hebreus passaram a ser cobiçados.

Conforme esse livro, “houve casos eventuais de judaização, mas a grande massa dos convertidos era cristã”. E apresenta como argumento escritos judaicos da época, que continham afirmações de que, com as perseguições, os marranos perseguidos receberam o que mereciam. “Uma manifestação aberta de alegria por sua ‘queda’”, acentua.

“Como os ‘conversos’ não podiam ser acusados por seus inimigos de serem cristãos, porque naturalmente isso não era crime, portanto eram acusados de ser ‘judeus’. Houve tentativas de excluí-los dos respectivos cargos em muitas cidades, e a idéia de ‘pureza de sangue’ foi concebida como doutrina a ser usada contra eles. De acordo com aquela teoria, o único sangue puro era o cristão. O sangue judaico e, por extensão, o sangue dos ‘conversos’, era impuro”⁴.

O autor do livro assinalado vê nesses argumentos o nascimento do racismo. O artigo acrescenta que no século XVI um escritor judeu descreveu a Inquisição na Península Ibérica como “um monstro selvagem de aparência tão terrível que toda a Europa treme à simples menção de seu nome”.

Gonçalves Salvador explica que “em face das perseguições na Península e da lutas religiosas na conturbada Europa quinhentista, nosso país, novo e imenso, oferecia (ao hebreu) asilo e possibilidades econômicas. Aqui a liberdade sorria prodigamente. É certo que o Santo Ofício também atuou em nosso território, mas jamais como na Espanha, Portugal, Índia e regiões de Castela na América”⁵.

Grande parte dos judeus que vieram para o Brasil se estabeleceram em São Paulo. Não por acaso. Em Piratininga os judeus encontraram um mundo realmente novo, como em poucos lugares já haviam desfrutado. Os moradores de serra acima não temiam coisa

³ Luiz Felipe Baêta Neves, O combate dos soldados de Cristo na terra dos papagaios, p. 62-63.

⁴ Henry Kamen, op. cit.

⁵ Ibidem, p. XXIV.

alguma. “O espírito de liberdade predominou de maneira a tornar-se proverbial, fato que até certo ponto, constituía um chamarisco para quantos se viam perseguidos”⁶.

O representante do Santo Ofício, chamado ouvidor ou visitador eclesiástico, tinha a tarefa de receber denúncias, mandar prender os culpados e, conforme o caso, remetê-los para Lisboa, por ordem do bispo ou a pedido da Inquisição, ou por iniciativa própria, na ausência do prelado⁷. Mas, ao contrário do que ocorria em todo mundo católico, onde sempre foi temida, parece que a Inquisição em São Paulo não teve muito prestígio.

Párocos e vigários pouco se envolveram com os colonos. E são muito vagas as provas de qualquer ação contra os cristãos novos. A população vivia sem qualquer tipo de punição eclesiástica até a chegada dos bispos⁸.

E os bispos, quando chegaram, tiveram muita dificuldade para atuar aqui. O primeiro administrador eclesiástico até que foi bem sucedido. Era aparentado com cristãos-novos. Porém, a partir do segundo bispo, são diversas as narrações de tentativas frustradas dos prelados impor sua autoridade e doutrina. Alguns tiveram enormes dissabores.

Uma amostra dessas dificuldades está na carta que os paulistas enviaram a um desses bispos, representante do Santo Ofício e considerado muito rigoroso. A carta diz: *“Vossa Senhoria tem alma e consciência, é pastor, é pai amoroso e espiritual como deve, deseja o bem e quietação de suas ovelhas, ou é tirano como vemos, lobo carniceiro e perseguidor delas? Quem nos engana, Senhor Administrador, não sabe e conhece que temos bom Deus, bom Rei e que ainda que tarde há de conhecer e ver tantas maldades, potências, e poderes absolutos e vexações que seus vassallos recebem (...)”*⁹.

Em nenhuma parte do Brasil talvez germinasse tanto o espírito de rebeldia como no planalto de Piratininga. Os moradores não temiam as autoridades, nem mesmo quando revestidas de poderes inquisitoriais, fossem administradores ou delegados do Santo Ofício. Aqueles, de modo geral, tiveram um fim lamentável e a um destes chegaram a apedrejar, ainda que abraçado ao crucifixo. Os paulistas não temiam nem mesmo a terrível arma chamada excomunhão¹⁰.

Mas, quem eram, o que faziam e de quantas pessoas se constituíam os hebreus (judaizantes e cristãos-novos) que viviam na Capitania de São Vicente?

⁶ Idem, *ibidem*.

⁷ José Gonçalves Salvador, *op. cit.*, p. 65.

⁸ *Ibidem*, p. 83.

⁹ *Ibidem*, p. 70-71.

¹⁰ *Ibidem*, p. 157.

As informações sobre os cristãos-novos são bastante vagas. Eles queriam se assemelhar da melhor maneira possível com o restante da população e, portanto, dificilmente se identificavam como tais. Além disso, havia um clima de convivência entre os cristãos-novos, cristãos-velhos e o próprio clero.

Gonçalves Salvador diz que os judeus e cristãos-novos formavam uma próspera comunidade nesta capitania, vivendo pacificamente e entregues muitos de seus membros à produção de açúcar, ao comércio e a outras atividades¹¹. João Ramalho, que se estabeleceu em São Vicente antes da chegada da expedição de Martim Afonso de Souza, e foi um dos primeiros bandeirantes, seria cristão-novo.

Aliás, muitos bandeirantes eram considerados de linhagem hebraica. Sérgio Buarque de Hollanda afirma que os jesuítas das reduções do Sul acusavam os bandeirantes que os apossavam de “não passarem de judeus em hábito de cristãos” e que “a terra deles se chamaria melhor Saulo do que São Paulo”¹². Mas reconhece que “é notavelmente escasso o material disponível a respeito da presença de judeus e cristãos-novos”, na Capitania de São Vicente.

Gonçalves Salvador afirma que “os autores paulistas, e bem assim os fluminenses, quase nada informam acerca da gente de nação, nas capitanias do Sul, nos séculos XVI e XVII. Não citam nomes e as referências são baseadas em suposições às vezes falsas”. E saliente que essas fontes “criaram em nós a falsa impressão de que os cristãos-velhos perfaziam a massa da população”¹³.

Assim, parece difícil dizer tanto em números absolutos quanto em percentuais, relativos ao restante dos habitantes, quantos hebreus existiram em São Paulo naquele período de formação de gente paulista. Escrevendo em 1960, Silva Mello¹⁴, afirma: “Temos a impressão de que, no Brasil, há muito mais sangue judeus do que em geral é admitido. É o que se deve concluir a julgar pelos traços fisionômicos de parte de nossa população, assim como por nomes próprios e sobrenomes de famílias, essencialmente judaicos e de igual significação em outros idiomas”.

Entretanto, pelo número de eclesiásticos portadores de linhagem cristã-nova existente, pode-se imaginar que constituíam uma boa parte dos moradores. Gonçalves Salvador informa que em 1656 existiam 83 padres e um frade nas Capitanias do sul. Des-

¹¹ Ibidem, p. XXVI.

¹² Apud: José Gonçalves Salvador, op. cit., p. XV.

¹³ Ibidem, p. XXIV. O termo *gente de nação* era outro designativo usado para os hebreus; *cristãos-velhos* indicava que os que estavam vinculados tradicionalmente à Igreja e não pertenciam às etnias israelitas, moura, negra ou de outra sangüinidade, consideradas infectas.

ses, 16% eram hebreus. E em São Paulo essa porcentagem subia para 24% dos religiosos. E acentua: “Entretanto, deviam ter sido mais”¹⁵.

O padre Leonardo Nunes, primeiro sacerdote a pisar em terras paulistas e um dos fundadores da primeira escola de São Paulo, era cristão-novo¹⁶. Também pertencia à linhagem israelita o padre José de Anchieta, que se tornou o primeiro professor a lecionar na escola paulista, o Colégio São Paulo de Piratininga, fundado em 1554.

Foi, talvez, a descendência judaica do padre Anchieta que o tivesse encaminhado para o Brasil. Durante sua preparação para o sacerdócio, Anchieta fora recusado na Universidade de Salamanca, justamente por sua origem de gente da nação¹⁷. De fato, ele foi admitido ao sacerdócio aqui no Brasil e fez a profissão religiosa apesar de lhe faltarem os estudos regulares de Filosofia e Teologia¹⁸.

Mas a prosperidade dos cristãos-novos e cristãos-velhos, acima referida, parece ter sido muito relativa. A vida em São Paulo era espartana. Darcy Ribeiro descreve o cotidiano dos paulistas nos dois primeiros séculos da história brasileira:

“Os homens bons que integravam a Câmara e dirigiam as bandeiras de devassamento dos sertões interiores viviam com suas famílias em sítios no interior, em condições igualmente pobres. Cada um deles servido pela indiada cativa que cultivava mandioca, feijão, milho abóbora e tubérculos, para comer com carne de caça ou com pescado; além do tabaco para o pito, do urucu e da pimenta para condimento e algumas outras plantas indígenas.

“Em família e também nas relações entre paulistas, só se falava a língua geral, que era uma variante do idioma dos índios Tupi de toda a costa. Também indígenas eram as técnicas da lavoura de coivara, bem como de caça, de pesca e de coleta de frutos silvestres de que se sustentavam.

“(…) Seus luxos em relação à vida tribal estavam no uso de roupas simples, do sal, do toucinho de porco e numa culinária mais fina; na posse de alguns instrumentos de metal e de armas de fogo; na candeia de óleo para alumiar, nalguma guloseima, como a rapadura, e na pinga de cana que sempre destilou (...).” E completa: “Ao fim

¹⁴ Antônio da Silva Mello, Israel: prós e contras, p. 152.

¹⁵ Ibidem, p. 51.

¹⁶ Ibidem, p. 136-138. Ver também M.E. de Azevedo Marques, Província de São Paulo, p. 330-331.

¹⁷ Padre Francisco Mateos, S.J., Últimas investigaciones históricas sobre la vida y la obra de padre José de Anchieta, p. 26-27.

¹⁸ José Gonçalves Salvador, op. cit., p. 140. O tataravô de José de Anchieta, conhecido como Juan Gonzales Bermejo, que era de origem hebraica, fora queimado pelo Santo Ofício. Ibidem, p. 141. O próprio fundador da Companhia de Jesus, Santo Inácio de Loyola, assim como seus sucessores imediatos, eram aparentados com cristãos-novos. Ibidem, p. 131.

de um século e meio de implantação, os núcleos paulistas mais importantes eram arraiais de casebres de taipa ou adobe cobertos de palha”¹⁹.

Abro um parêntese para comparar esse texto com outro, feito pelo brasilianista Robert Shirley, que nos anos 60 fez um belo estudo sobre os caipiras das primeiras décadas deste século, no Alto Paraíba:

“A base econômica da cultura caipira era a produção de subsistência de alguns gêneros alimentícios. Estes, tipicamente, incluíam milho, feijão (às vezes de dois tipos, que davam duas colheitas), mandioca e batata doce. desde que estas formavam o fundamento da alimentação rural, o grupo de vizinhança era assim capaz de se alimentar a si próprio. O feijão, a batata, o amendoim, a cebola, o alho, a abóbora, o fumo e a cana-de-açúcar, eram cultivados como safras comerciais, mas somente na pequena escala. Além disso, criavam porcos e galinhas (com milho) mas esses, também, eram geralmente vendidos ou oferecidos às ‘festas’ religiosas.

*“A agricultura caipira era, tradicionalmente, do tipo mais simples de roçada e queimada (coivara). Os únicos instrumentos usados eram a enxada, o machado e o podão. (...) Assim desenvolveu-se o aspecto social importante e característico da cultura caipira: a ajuda mútua. (...) As casas são comunmente feitas de pau-a-pique com telhados de palha”*²⁰.

Como se vê, havia pouca diferença no modo de viver entre a vila de São Paulo dos dois primeiros séculos e os bairros caipiras até as primeiras décadas do século XX. Ou seja, *paulista* (aí incluído o cristão-novo) e *caipira* eram sinônimos.

Foi nesse ambiente do início de nossa história que surgiram os bandos de aventureiros chamados *bandeirantes*, que partiam pelo sertão a busca de índio e de ouro. Com eles, muita gente de São Paulo e demais vilas da Capitania, se havia disperso através dos sertões, seduzida pela riqueza das minas.

É interessante essa busca de ouro, pedras e metais preciosos que sempre motivou os paulistas. Não seria esse comportamento uma confirmação da proverbial familiaridade dos judeus com a ourivesaria? Naquela época, em Portugal, “um único ramo de negócio era vedado aos judeus: o do metais preciosos, justamente o que mais os atraía”²¹.

Dois antigos provérbios portugueses ilustram bem essa ligação dos hebreus com o ouro: *Ouro foge de cristão e persegue judeu* e *De mouro o couro e de judeu o ouro*²².

¹⁹ Darcy Ribeiro, O povo brasileiro, p. 360-361.

²⁰ Robert W. Shirley, O fim de uma tradição, p. 61.

²¹ Antônio da Silva Mello, Israel: prós e contras, p. 139.

²² Luís da Câmara Cascudo, Mouros, franceses e judeus, p. 95.

Para Antônio Cândido, só a análise do processo de ocupação da terra realizado pelos bandeirantes pode dar elementos para compreender e definir a economia que tanto marcou a dieta e o caráter dos paulistas²³. E no final do século 17 já estava definida a cultura caipira. Para ele²⁴, o termo *caipira* tem a vantagem de não ser ambíguo, exprimindo desde sempre um modo de ser, um tipo de vida, nunca um tipo racial; e restringe-se apenas à área de influência histórica paulista.

Darcy Ribeiro acha que a cultura caipira formou um a sociedade que, por ser mais pobre, era também mais igualitária, na qual senhores e índios cativos se entendiam antes como chefes e seus soldados, do que como amos e seus escravos²⁵. Com isso, em São Paulo surgiu “com uma configuração histórico-cultural de povo novo, plasmada pelo cruzamento de gente de matrizes raciais díspares e pela integração de seus patrimônios culturais sob a regência do dominador que, a longo tempo, imporá a preponderância de suas características genéticas e de sua cultura”²⁶.

No entanto, ele vê também essa sociedade como uma espécie de regressão: “Esse modo de vida, rude e pobre, era o resultado das regressões sociais do processo decultu-rativo: Do tronco português o paulista perdera a vida comunitária da vila, a disciplina patriarcal das sociedades agrárias tradicionais, o arado e a dieta baseada no trigo, no azeite e no vinho. Do tronco indígena perdera a autonomia da aldeia igualitária, toda voltada para o provimento da própria subsistência, a igualdade do trato social de sociedades não estratificadas em classes, a solidariedade da família extensa, o virtuosismo de artesãos, cujo objetivo era viver ao ritmo em que seus antepassados sempre viveram”²⁷.

Quando o Capitão-General (governador) da Capitania de São Paulo, Luís Antônio Botelho e Mourão - que ficou conhecido como Morgado de Matheus - aqui chegou, em meados do século XVIII, comentou a forma como os paulistas viviam: “Este costume de viverem dispersos metidos pelas roças, tem feito hábito, de sorte que só fazem gosto da solidão e para ela fogem...”²⁸.

Antônio Cândido, porém, acha que esse isolamento é apenas aparente. As famílias conjugais, tinham como ponto de referência de sua vida social, não as sesmarias, fazendas ou sítios, mas os *bairros*. De acordo com ele, “o termo *bairro* parece ligado diretamente à área caipira, não ocorrendo, ao que eu saiba, noutras regiões do Brasil. Mesmo

²³ Antônio Cândido, Os parceiros do Rio Bonito, p. 36.

²⁴ Ibidem, p. 22.

²⁵ Ibidem, p. 366.

²⁶ Ibidem, p. 368.

²⁷ Ibidem, p. 362.

em São Paulo, não ocorre ou ocorre esporadicamente, nas zonas novas, sendo francamente usado apenas nas mais velhas”²⁹.

Comentando essa afirmação, Maria Isaura Pereira de Queirós acha que Antônio Cândido mostrou “como era ilusória a primeira impressão de isolamento dos caipiras, morando cada família em suas terras; na verdade estavam presos por uma organização de vizinhança, o bairro rural, de contornos suficientemente consistentes para dar aos habitantes a noção de lhes pertencer, e levando-os a distingui-los dos demais bairros da zona; este sentimento de localidade era primordial na vida caipira, determinando a configuração do grupo, tanto no espaço geográfico como no espaço social”³⁰.

Na opinião de Brandão³¹, o bairro é um intermediário entre o sertão, lugar de absoluta natureza e a vila ou a cidade. “É um lugar construído que emerge do sertão e, portanto, uma espécie de meia conquista da cultura sobre a natureza”.

Cândido³² resume a situação de São Paulo dos caipiras: Por toda parte, as mesmas práticas festivas, a mesma literatura oral, a mesma organização da família, os mesmos processos agrícolas, o mesmo equipamento material”.

Os marranos, de um e outro sexo, até os da classe dominante, tinham se consorciados com pessoas da etnia cristã-velha, assim como com os mamelucos. “Até os eclesiásticos, da estirpe considerada pura, que deveriam ser os primeiros a reagir contra a infiltração da seiva condenada, admitiram cristãos-novos na família”³³.

Salvador nota que, no entanto, em razão da liberdade existente na Capitania de São Vicente, a religiosidade judaica foi menos intensa que em outros lugares. E comenta: “Onde há liberdade, menos o espírito conservador se sustém e, na de São Vicente, ela imperou mais intensa. Onde o hebreu era vigiado e perseguido, mais e aferrou às suas antigas crenças e tradições (mas aqui) o judaísmo já se tinha despido de algumas peças de sua roupagem primitiva e, chegara a admitir outras que lhe eram estranhas”³⁴.

Com isso, foram raros os hebreus que cultivaram o puro judaísmo. As circunstâncias gerais tinham concorrido para uma série de modificações. A circuncisão foi aban-

²⁸ Roberto C. Simonsen, *História Econômica do Brasil*, p. 243.

²⁹ *Idem*, p. 62-63.

³⁰ Apud: Carlos Rodrigues Brandão, *A partilha da vida*, p. 87.

³¹ *Ibidem*, p. 66.

³² *Ibidem*, p. 83.

³³ José Gonçalves Salvador, *op. cit.*, p. 188.

³⁴ *Ibidem*, p. 190.

donada quase totalmente: certos alimentos, prescritos no Antigo Testamento, entraram no cardápio, como a carne de porco³⁵.

De outra parte, muitos comportamentos observados apontam para a influência dos judeus e cristãos-novos no caráter e na religiosidade do paulista e do que resta da cultura caipira. Banhar os defuntos, costume tipicamente judeu³⁶, ainda é uma prática comum na zona rural de raízes caipiras. Até uns 30 anos atrás esse costume tinha o caráter de uma prática quase religiosa. Até nas cidades. Não banhar um parente morto antes de colocá-lo para o velório, era considerado, no mínimo, uma falta de consideração da família.

Outro costume judeu presente (via cristãos-novos) nos rituais fúnebres: tirar a cruz de metal dos terços das mãos dos defuntos e os anéis dos dedos dos mortos³⁷, na hora do sepultamento. Esses costumes são observados até hoje, na zona rural.

Uma outra influência recebida pelos caipiras parece ter sido a relativa independência de sua religiosidade. Robert Shirley notou que “o campesinato da parte meridional do Brasil, diferente de seus semelhantes na América espanhola, nunca foi totalmente subjugado pela Igreja”³⁸. De acordo com Salvador³⁹, “a missa não passava de uma cerimônia piedosa, cujo significado ficava muito além da compreensão dos fiéis”.

Alfredo Bosi⁴⁰ após narrar uma reza feita por caboclos em 1975, que o deixou muito impressionado, comenta: “Na verdade, a presença daquele capelão singularmente anacrônico já dizia muito da autonomia do culto popular em face da hierarquia oficial. A velha síntese de práticas luso-coloniais e cultura rústica parece manter o seu dinamismo interior nas cerimônias daqueles caipiras (...)”.

Há alguns anos o vigário de São Luís do Paraitinga, cidade onde resido, me contou, muito contrariado, o que havia acontecido durante uma visita que fizera a uma capela de um bairro distante da sede da paróquia. Foi durante uma festa. Em dado momento os caboclos, sem lhe dar satisfação, tinham entrado na capela e feito suas orações, que ele não entendeu direito. Depois lhe disseram: “Padre, nós já fizemos a nossa reza; agora o senhor pode fazer a sua”. O sacerdote não se conformava desse grupo não reconhecer a superioridade da liturgia eclesial em face das suas orações tradicionais.

³⁵ Ibidem, p. 177.

³⁶ Luís da Câmara Cascudo, idem, p. 99-100.

³⁷ Ibidem.

³⁸ Op. cit., p. 59.

³⁹ Ibidem, p. 187.

⁴⁰ Alfredo Bosi, *Dialética da colonização*, p. 48-51.

Mas nem só os rituais e a religiosidade dos hebreus marcaram o comportamento paulista. Eu não consigo encontrar outra explicação para a grande facilidade que os moradores de São Paulo sempre tiveram para se adaptar às mudanças da economia ao longo de nossa história, a não ser pela sua herança judaica. Os judeus, esparramados pelo mundo, ao longo do tempo, são famosos por se adaptarem com sucesso às mais diversas culturas e lugares onde vão morar.

De fato, essa tem sido também uma característica dos paulistas. Quando o bandeirante taubateano Domingos Dias Arzão descobriu o ouro das minas de Cataguases, na última década dos seiscentos⁴¹, nos chamados Sertões de Taubaté - primitivo nome de Minas Gerais - os moradores de Piratininga passaram de preadores de índios e de produtores de uma incipiente agricultura de subsistência para a complicada profissão de mineiros. O ouro mudou a vida dos paulistas e a história do Brasil.

Os que ficaram em São Paulo também não tiveram dificuldade em se transformar em ativos comerciantes que viajando para o Sul, no território das antigas Missões, compravam muare e carne-seca para abastecer os que foram para Minas. Esses se tornaram muito ricos, mas por causa da intensa atividade nas lavras, poucos alimentos podiam produzir. O mercado de Sorocaba se tornou um famoso entreposto comercial.

Logo depois que a mineração decaiu, os paulistas, já nas primeiras décadas do século passado, se adaptaram a uma nova forma de economia, as imensas plantações de café do Vale do Paraíba. Foi graças aos caipiras que o café se tornou o principal fator de enriquecimento nacional e foi, por mais de um século, o maior produto de exportação do País. E, com o café, São Paulo pode acumular o capital suficiente para alavancar a industrialização do Estado, ocorrida neste século⁴².

Com o final da agricultura cafeeira, na década de 20 deste século, os moradores do Vale do Paraíba se adaptaram aos novos tipos de atividades econômicas. A chamada Calha do Vale se industrializou e agora é uma das regiões paulistas mais desenvolvidas. Ali existem grandes centros de tecnologia, um parque automobilístico e indústrias que fabricam aviões, foguetes espaciais, satélites e componentes de informática.

Os moradores do Alto Paraíba também logo se adaptaram à pecuária leiteira, que as grandes levas de migrantes mineiros trouxeram para a região, nos anos 20 e 30.

As enormes plantações de café foram derrubadas e em pouco tempo as montanhas estavam transformadas em pastagens. A área com café e alimentos, que em 1920 repre-

⁴¹ Roberto C. Simonsen, opus. cit., p. 228.

⁴² Ibidem, p. 203 e ss.

sentava 80% da parte economicamente ativa da região⁴³, caiu para 23,3% em 1962, época do apogeu da produção leiteira na região⁴⁴. O Vale do Paraíba, que em 1920 produzia 4.006 mil litros de leite, evoluiu sua produção para 136.185 mil litros em 1960⁴⁵. Nessa época a região chegou a ser a maior bacia leiteira da América Latina.

Depois a produção de leite e derivados começou a decair e atualmente a situação da pecuária leiteira na região é bastante complicada. No entanto, como a confirmar a grande capacidade de adaptação do caipira, nos últimos anos vêm aparecendo núcleos, formados por um ou diversos bairros rurais, com grande produção de alimentos. São pequenos proprietários, trabalhando no sistema de economia familiar que, sozinhos ou em cooperação com vizinhos, vêm apresentando uma produtividade surpreendente.

A capacidade de adaptação dos paulistas (ou dos caipiras) se sobressai ao se fazer uma analogia com outras regiões do Brasil, que ao longo de nossa história também conseguiram se enriquecer com monoculturas extensivas, atividades extrativas ou de mineração. Nesses lugares, onde a influência dos hebreus não foi tão grande, a decadência de seus produtos provocou o empobrecimento de suas economias e nunca mais conseguiram atingir o mesmo nível de desenvolvimento.

Já a década de 20, deste século, foi marcada, entre outras coisas, por duas tristes coincidências. A Europa reviveu o preconceito *racial* conhecido como anti-semitismo. No Brasil o caipira passou a sofrer outro tipo de preconceito, o *cultural*. Mas ambos serviram para mostrar outra característica marcante dos hebreus, a capacidade de resistência, que Silva Mello⁴⁶ classifica como “um dos fenômenos mais extraordinários da história da humanidade”.

O preconceito contra o caipira, que acabou se tornando um estereótipo, surgiu com as mudanças econômicas que ocorreram no País. Nos anos 20, com a decadência do café, o setor rural deixou de ser o que apresentava as maiores oportunidades de investimentos. O capital dos investidores passou a ser canalizado para as grandes cidades. Isso se refletiu na expansão da atividade comercial, bancária e industrial. as melhores oportunidades de remuneração do capital agora haviam se urbanizado⁴⁷.

Com isso a cultura também sofreu uma redefinição e passou a ficar centrada nas coisas da cidade, o que levou a uma distinção valorativa entre o rural e o urbano. “A

⁴³ Pasquale Petrone, A região de São Luís do Paraitinga, p. 273.

⁴⁴ José de Souza Martins, Capitalismo e tradicionalismo, p. 9.

⁴⁵ Mário Mazzei Guimarães, A invasão mineira no Vale do Paraíba, p. 27.

⁴⁶ Ibidem, p. 262.

⁴⁷ José de Souza Martins, op. cit., p. 2.

afirmação da existência urbana, ainda que anômica, exprimiu-se culturalmente na construção de estereótipos, alguns negativos, do homem rural. A figura do caipira tem reafirmada e atualizadas, nessa fase, as suas conotações fundamentais: ingênuo, preguiçoso, desnutrido, doente, maltrapilho, rústico e desambicioso”⁴⁸.

José de Souza Martins acentua que “esse estereótipo encontrou a sua melhor descrição no Jeca Tatu, de Monteiro Lobato. É o estereótipo negativo que tem sua contrapartida nas virtudes contrárias, atributos do homem urbano. De certo modo, a hostilização do caipira através das anedotas da cidade e a valorização do ‘moderno’, contra o ‘tradicional’, que ocorre na literatura e na sociologia brasileiras há várias décadas, constituem, na verdade, o cerne da ideologia de urbanização, pela negação do mundo rural recente ou mediato”⁴⁹.

O mesmo autor diz ainda que “o caipira preguiçoso estereotipado no ‘Jeca Tatu’ de Monteiro Lobato contrasta radicalmente com a profunda valorização do trabalho entre as populações caipiras do Alto Paraíba, nas vizinhanças da mesma região montanhosa em que Lobato trabalhou como promotor público e fixou as impressões que definiram esse personagem”⁵⁰.

Jaime de Almeida⁵¹ considera que ao classificar o caipira como uma raça inferior, o realismo de Monteiro Lobato mostrava seu inconformismo com um grupo social que resistia deixar seus costumes seculares para se integrar na cultura européia recém-chegada com a industrialização. Mas o mesmo pesquisador nota que no prefácio da 4ª edição de *Urupês*, Lobato modifica alguns pontos de vista e faz uma espécie de pedido de desculpas ao Jeca: “*Está provado que tens no sangue e nas tripas todo um jardim zoológico da pior espécie*” e completa: “*és tudo isso sem tirar uma vírgula, mas ainda és a melhor coisa desta terra. Os outros, que falam francês, dançam tango, fumam havanas e, senhores de tudo, te mantêm nessa geena infernal para que possam a seu salvo viver vida folgada à custa de teu dolorido trabalho, esses, meu caro Jeca Tatu, esses têm na alma todas as verminoses que tu tens no corpo*”.

De acordo com um dicionário da época, citado por Robert Shirley, *caipira* significa: “*um homem ou uma mulher que não mora em uma povoação, que não tem educação ou distinções sociais e que não sabe se vestir ou se apresentar em público*”. E Shirley comenta: “Esta definição, em si mesma, revela a extensão da grande lacuna social entre

⁴⁸ Ibidem, p. 4.

⁴⁹ Ibidem, p. 26.

⁵⁰ Ibidem, p. 87.

⁵¹ Jaime de Almeida, Festas em São Luís do Paraitinga na passagem do século, p. 65.

os escritores urbanos e os camponeses, pois, de fato, o caipira tem uma cultura distintiva e elaborada, rica em seus próprios valores, organizações e tradições”⁵².

Também nos anos 20 começou a proliferar cada vez mais a idéia de se dar um ensino de caráter agrícola para a zona rural. Foi o chamado *ruralismo pedagógico*. Em seus discursos nos anos 30, o ditador Getúlio Vargas afirmava que era preciso “*voltar aos campos*”, como meio de evitar a atração das classes pobres rurais para as cidades e assim resolver os problemas sociais da realidade brasileira⁵³.

Com isso, muitos educadores propunham que os programas e currículos deviam ser adequados à cultura rural, capazes de prender o homem à terra e evitar que ele migrasse para as cidades. Além de julgar a escola como uma das principais culpadas pelo crescente êxodo rural, alguns educadores consideravam o caboclo indolente. Para esses educadores, o caipira seria até mesmo incapaz de freqüentar uma escola regular e julgavam que ele precisava de uma *regeneração moral*.

É o caso do educador Oscar Thompson. Depois de considerar que a “zona urbana, mais esclarecida e exigente quanto a educação, requer melhores e mais aperfeiçoados aparelhos escolares”, afirmava o seguinte a respeito do caipira: “O Norte de São Paulo⁵⁴, cuja população rural, constituída quase exclusivamente de descendentes de caboclos que se dedicam ao amanho da terra, precisa ter escolas que cuidem, primordialmente, de afastar as causas de seu abatimento moral e levantar-lhes o caráter”⁵⁵.

Sem imigração estrangeira significativa, como em outras regiões do Estado, a cultura caipira parece ter resistido no Alto Paraíba com poucas modificações até os anos 50. Emílio Willens, em seu estudo sobre a região, feito em 1946⁵⁶, descreve os moradores com fortes raízes nos costumes rurais. Inclusive a existência de uma ativa produção de cerâmica utilitária, de origem indígena. Agora esse artesanato está quase desaparecido.

⁵² Robert W. Shirley, op. cit., p. 57.

⁵³ Teresa Roserley N. Silva, Currículo para as áreas rurais, p. 65.

⁵⁴ Até a década de 30 o Vale do Paraíba era conhecido como *Norte de São Paulo*, provavelmente por uma confusão em sua localização geográfica. É por isso que ainda hoje aparecem nomes como *Aparecida do Norte* (cognome de Pindamonhangaba). A velha estação de trens, no bairro do Brás, em São Paulo, de onde saíam os trens para o Vale do Paraíba, era conhecida como *Estação do Norte*. No centro de Taubaté existe um antigo armazém que conserva o nome de *Empório do Norte*.

⁵⁵ Zeila de Brito F. Demartini, Cidadãos Analphabetos, p. 11.

⁵⁶ Emílio Willems, Cunha: tradição e transição de uma cultura rural do Brasil, p. 102.

Vinte anos depois, outro pesquisador, o já citado Robert Shirley, afirmou que em muitos aspectos, “a cultura está em tão rigoroso declínio” que algumas partes do capítulo que descreve as tradições da sociedade rural, foram tiradas de fontes secundárias⁵⁷.

No entanto, escrevendo sobre suas pesquisas na região, publicadas em 1975, José de Souza Martins ainda sentiu a força dessa cultura secular. Ele constatou que: “(...) a população rural da montanha organiza a sua produção de conformidade com o padrão tradicionalmente estabelecido, preservando instituições tradicionais como o mutirão, as festas propiciatórias do fim do ano agrícola e antes do plantio dos artigos essenciais da sua dieta alimentar, etc. Mantendo, enfim, os costumes na organização da cultura, da sociedade e da economia (...)”⁵⁸.

Os estudos mais recentes sobre os caipiras da região foram os de Carlos Rodrigues Brandão, que em meados da década de 80 passou três anos na região. Para ele, o caipira típico, visto como uma pessoa despreparada para viver em comunidade, não existe, salvo raras exceções. Para ele, agora uma comunidade rural “se percebe a meio caminho entre um estilo de vida que se define como a melhor herança dos ‘nossos mais velhos’ - uma conduta ética, técnica e religiosa impecável - e valores modernizantes vindos da cidade, aos poucos incorporados à experiência social e simbólica da vida cotidiana”⁵⁹.

BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA

ALMEIDA, Jaime de. Festas em São Luís do Paraitinga na passagem do século. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1987.

BOSI, Alfredo. Dialética da colonização. 3ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O trabalho de saber: cultura camponesa e escola rural. São Paulo: Editora F.T.D., 1990.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A partilha da vida. São Paulo: Geic-Cabral Editora, 1995.

CÂNDIDO, Antônio. Os parceiros do Rio Bonito. Estudos sobre o caipira paulista. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora, 1964.

CASCUDO, Luís da Câmara. Mouros, franceses e judeus - Três presenças no Brasil. São Paulo: Editora Perspectiva, 1984.

⁵⁷ Op. cit., p. 58.

⁵⁸ Op. cit., p. 12.

⁵⁹ Carlos Rodrigues Brandão, O trabalho de saber, p. 33.

DEMARTINI, Zélia de Brito F. Cidadãos analphabetos: propostas e realidade do ensino rural em São Paulo na 1ª República. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: 71, 5-19, novembro, 1989.

GUIMARÃES, Mario Mazzei. A invasão mineira no Vale do Paraíba. *Leite B*. São Paulo, 44: 12-30, mar. 1990.

KAMEN, Henry. Inquisição na Espanha traz à luz o racismo. *O Estado de S.Paulo. Suplemento Especial-Domingo*. 13-04-1996, p. D4.

MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo. Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada; São Paulo: Editora da Universidade São Paulo, 1980.

MARTINS, José de Souza. José de Souza. Capitalismo e tradicionalismo. Estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1975.

MATEOS, S.J., Padre Francisco. Últimas investigaciones históricas sobre la vida y la obra de padre José de Anchieta. *Anchietana*. São Paulo: Comissão Nacional para as Comemorações do “Dia de Anchieta”, 1965.

MELLO, Antônio da Silva. Israel - prós e contras. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1961.

NEVES, Luiz Felipe Baêta. O combate dos soldados de Cristo na terra dos papagaios - Colonialismo e repressão cultural. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

PETRONE, Pasquale. A região de São Luís do Paraitinga. Estudo de Geografia Humana. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro. A formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SALVADOR, José Gonçalves. Cristãos-novos, jesuítas e inquisição (aspectos de sua atuação nas capitanias do Sul - 1530-1680). São Paulo: Livraria Pioneira-Editora da Universidade de São Paulo, 1969.

SILVA, Teresa Roserley Neubauer da. Currículo para as áreas rurais - opção necessária. *Caderno CEDES*, 4ª edição. Campinas: 13, 64-72, 1991.

SIMONSEN, Roberto C. História econômica do Brasil (1500-1820). 3ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

WILLEMS, Emílio. Cunha: tradição e transição em uma cultura rural do Brasil. São Paulo: Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, 1947.

Judas Tadeu de Campos

é Jornalista, Especialista em Comunicação Social,
Professor no Departamento de Pedagogia da Universidade de Taubaté
e aluno de Pós-Graduação em Educação (Mestrado em Currículo), na PUC-SP